

Roberta Stumpf, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *1822 Das Américas portuguesas ao Brasil*, Casa das Letras, 2022, 355 p., ISBN 978-989-661-478-2.

Roberta Stumpf é doutora em História pela Universidade de Brasília, professora associada da Universidade Autónoma de Lisboa e investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDHEUS). Nuno Gonçalo Monteiro é doutorado em História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa e investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Ambos os autores são especialistas no mundo luso-brasileiro do período Moderno e as suas mestrias estão demonstradas no livro *1822: das Américas portuguesas ao Brasil*, lançado em 2022 pela Editora Casas das Letras. A obra promove uma análise crítica sobre os eventos que levaram à separação entre o Reino de Portugal e o Brasil e ultrapassa o âmbito original, ao estudar os momentos seguintes à independência do território, como as turbulências económica, política e social sentidas em ambos os territórios e a formação da nacionalidade brasileira. Como o título e a data de publicação indicam, a obra foi lançada no bicentenário da Independência do Brasil, mas o seu propósito não é celebrativo. O livro possui balizas temporais amplas, centrando-se no período compreendido entre a primeira metade do século XIX, correspondente à ida da família real e da corte portuguesa para o Brasil em 1807, e o reconhecimento formal da independência do território por Portugal, em 1825. Como explicam os coordenadores, essa cronologia é crucial para entender o âmbito da obra e o seu público-alvo, isto é, para que, mediante uma leitura profunda das conjunturas que estavam presentes no período, os leitores portugueses percebam melhor os eventos que ocorreram no Brasil.

A obra está estruturada em oito capítulos e conta com contribuições de investigadores portugueses e brasileiros. O primeiro capítulo analisa a saída da corte portuguesa e as mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. O segundo observa como a guerra, a diplomacia e o comércio foram aspetos centrais do movimento independentista. O terceiro reconstrói a polarização entre as elites de Portugal e os deputados “dos Brasis”. O quarto procura reconstruir eventos paradigmáticos da Independência tendo como fontes os periódicos publicados no Brasil. Utilizando rituais e objetos de poder, o quinto capítulo demonstra a separação simbólica da monarquia ocorrida no seio da casa dos Braganças. O sexto examina como o tráfico de pessoas escravizadas foi afetado e afetou a Independência. O sétimo propõe uma análise interdisciplinar de pinturas e ilustrações produzidas no período. O oitavo e último capítulo analisa as querelas que construíram a nacionalidade brasileira. Cada capítulo está dividido numa série de partes que promovem uma leitura acessível.

Roberta Stumpf assina o primeiro capítulo, intitulado “Servir o rei nos trópicos: o reino do Brasil e a monarquia carioca”. A autora reconstrói a trajetória da corte portuguesa e as mudanças ocorridas durante a sua estada no Brasil. A autora contraria o determinismo historiográfico ao desenvolver a imprevisibilidade do cenário e da operação de deslocação dos Braganças e da sua corte. Stumpf relata o longo planeamento da ida da família real e como os lisboetas reagiram ao evento. Após uma curta passagem por Salvador e pelas suas festividades, meticulosamente exploradas e interpretadas, o capítulo transporta a corte e o leitor para a cidade do Rio de Janeiro. Na cidade, Stumpf demonstra o desenvolvimento da nova capital e a criação de instituições como o Desembargo do Paço e a Casa da Suplicação. Nesse sistema simultaneamente novo, pela sua recente criação, e antigo, pela replicação da estrutura de poder oriunda do Antigo Regime português, a autora explora as tensões do período, traçando um paralelo intrigante entre essa estrutura, o reforço do sistema de mercês para fidalgos *cariocas* e a medida liberal da abertura dos portos às nações amigas. Conclui o capítulo reforçando os fatores imprevisíveis presentes na vinda da família real e o seu assentamento no Brasil. Roberta Stumpf reconstrói os eventos de maneira cativante, envolvendo o leitor na trama política e nas transformações do período.

O capítulo seguinte, intitulado “Por força das circunstâncias: guerra, comércio e a separação do Brasil” é de autoria de Jorge M. Pedreira. O autor analisa como o impacto das conjunturas externas da guerra, as flutuações económicas e as diversas crises diplomáticas contribuíram para a Independência do Brasil. Pedreira retorna à cronologia do capítulo anterior e procura aprofundar a trama diplomática arquitetada pela monarquia portuguesa para manter a neutralidade, face à tensão diplomática e militar entre a Inglaterra e a França. Após o assentamento de D. João VI no Brasil, o autor procura entender o impacto económico e financeiro da abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês nos produtos brasileiros e portugueses, o fim do pacto colonial e a consolidação de uma liberdade comercial. Num terceiro momento, Jorge Pedreira analisa as demandas das Cortes Vintistas do fim do estatuto de “Reino Unido” ao Brasil, a reconstituição do pacto colonial e o retorno de D. João VI, da sua família e da corte a Portugal. Essa posição intransigente por parte dos políticos vintistas e da recusa dos delegados “brasileiros” aumentou, segundo o autor, a tensão e o clamor pela Independência. O texto termina com a análise da continuidade da presença de mercadores portugueses no Brasil e de “brasileiros” em Portugal, principalmente no tocante ao tráfico de pessoas escravizadas. Devido à densidade dos três eixos temáticos do capítulo e as páginas que lhe foram reservadas, a análise de Pedreira é, nalguns momentos, pouco desenvolvida.

“Muitos *Brasis* e um Reino de Portugal e Algarves: a construção da alternativa de independência de 1822” é o título do terceiro capítulo, escrito por Andréa Slein. A autora retoma o impasse gerado nas cortes vintistas entre deputados oriundos dos territórios da colônia. Postula que esses deputados “brasileiros” eram oriundos de territórios diferentes e possuíam perspectivas distintas sobre o futuro da relação Portugal-Brasil, não necessariamente estando de acordo com um movimento independentista ou na construção de um Estado. Essa diversidade de opiniões é fruto dos diversos moldes diferentes da colonização portuguesa, uma análise intrigante, ainda que demasiadamente estruturalista, dado que Slein caracteriza os deputados como “avatares” dos seus territórios, pouco considerando as trajetórias pessoais e seus estamentos. A querela político-social pré-independentista, segundo Slein, obrigou os diversos políticos e revoltosos do Brasil a organizarem-se em diversos agrupamentos regionais e esporádicos. Slein desconstrói a narrativa de unidade dos deputados “brasileiros” em prol de um país unificado, ao observar e pormenorizar as diferentes mentalidades dos representantes do território brasileiro. Constrói, assim, uma ousada interpretação para um objeto de estudo bastante explorado pela historiografia.

Isabel Lustosa é a autora que se segue com o capítulo “A imprensa fez a Independência”. A autora propõe entender, através dos periódicos, acontecimentos paradigmáticos da história brasileira da primeira metade do século XIX. Lustosa promove uma releitura sobre a queda dos Andradas dos ministérios e da graça do monarca por meio dos controversos episódios de ataques políticos e físicos promovidos pelos irmãos. Como fica demonstrado por esta reconstrução, a autoria dos ataques é dúbia e provavelmente teve intervenção do monarca. Isabel Lustosa propõe-se ainda analisar as querelas trazidas pela instauração da liberdade de imprensa, como os ataques editoriais dos jornais *A Malagueta* e *O Espelho* – que incluíram denúncias de relações homossexuais entre membros da imprensa, retóricas essas que permitem uma análise da mentalidade da época, entretanto vagamente explorada pela autora. Refere-se também ao espancamento do jornalista Luís Augusto May. A autora peca ao não fundamentar suficientemente argumentos basilares ao texto. Um exemplo pertinente encontra-se na página 126, quando argumenta existirem republicanos “disfarçados” de monarquistas constitucionais nos territórios brasileiros, mas não indica fontes que corroborem essa fascinante observação.

O quinto capítulo “Os Braganças de cá e de lá: legitimidade, soberania e os teatros de poder da dinastia”, da autoria de Isabel Corrêa da Silva, propõe observar os acontecimentos políticos portugueses e “brasileiros” pela perspectiva dos monarcas D. João VI de Portugal e D. Pedro I do Brasil. A autora debruça-se sobre o retorno do rei a Portugal e seu juramento nas cortes, desconstruindo a

narrativa segundo a qual esses eventos foram propositalmente desorganizados, com o intuito de punir e humilhar o monarca. A autora argumenta que uma série de imprevistos, entre eles o desconhecimento do local e da hora a que o monarca aportaria, impossibilitou uma receção ordenada. Seguindo D. Pedro I, analisa dois momentos cruciais para a rutura entre os reinos: a aclamação e a coroação do monarca – esse segundo ritual ausente na monarquia lusitana por vontade do primeiro rei da dinastia de Bragança. Corrêa da Silva interpreta o poder simbólico nos aparatos régios da monarquia brasileira, visando demonstrar como a sua criação, de inspiração napoleónica, passava uma imagem de distanciamento dos rituais da monarquia portuguesa. Por fim, demonstra como a necessidade de os monarcas reatarem os seus laços foi um aspeto crucial para manter intacta a governação da casa nos territórios e para o reconhecimento da Independência do Brasil pelas potências estrangeiras. Isabel Corrêa da Silva promove uma análise interdisciplinar da cultura material nas monarquias lusa e brasileira e das ações políticas e simbólicas dos reis da dinastia de Bragança.

“Escravidão e tráfico negreiro na Independência do Brasil” é o título do sexto capítulo. Alain El Youseff, o autor, analisa as mudanças sofridas pela prática de escravidão durante a rutura do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. El Youseff divide o período e o capítulo em duas partes: uma atinente ao regime absolutista joanino e outra ao liberalismo pedrista. No decurso do reinado joanino, postula El Youseff, há uma relação direta entre a diplomacia e a escravidão. Analisa a forma como a corte joanina e os seus representantes no Congresso de Viena – o futuro Duque de Palmela, o ex-Governador do Maranhão e o Embaixador de Portugal no Império Russo – articularam planos para evitar o banimento do tráfico de escravos, mesmo contra os clamores ingleses. Na segunda parte, o autor observa como a política de proibição do tráfico escravagista, executada por D. Pedro I e os seus ministros, foi lenta e progressiva. O capítulo e sua análise pouco promovem novas perspetivas sobre a escravidão no Brasil do século XIX.

No sétimo capítulo, com o título “Iconologia em transição: a comunicação da imagem real em tempos de incerteza” de autoria de Miguel Figueira de Faria, procura-se observar a produção artística de diversos pintores, ilustradores e arquitetos no período de 1807-1822. Faria analisa 14 obras de arte, demonstrando a dicotomia entre as chamadas “imagens de ausência” criadas por patronos lisboetas e as “imagens de actualidade” da intensa vida da corte no Rio de Janeiro. O autor analisa a transição do estilo artístico do século XVIII para o romantismo do século XIX, atrelando-os com a conjuntura da Independência. Faria não se aprofunda nalgumas das obras de arte selecionadas, como a gravura *Desembarque de D. João VI em Lisboa*, de Constantino Flores, para a qual foram reservadas breves linhas.

Nuno Gonçalo Monteiro assina o capítulo final da obra, “Brasileiros e portugueses, 1822. Trajetórias individuais e produção das diferenças”. O autor observa a criação da nacionalidade brasileira por meio da análise de diversas carreiras relevantes na querela da Independência. Nuno Gonçalo Monteiro argumenta que o conceito de “nacionalidade” não estava presente durante a Época Moderna, sendo utilizada a identificação de “habitantes” do reino e do Império português, requisito necessário para os súditos adquirirem honras e mercês do rei. A meticulosa análise dos nobres que seguiram D. João VI e dos títulos criados pelo monarca no Brasil mostram que o início da demarcação da nacionalidade ocorreu pela não miscigenação entre as elites lusitana e brasileira, durante a residência da corte no território. Prosseguindo sua análise, conclui que os militares, magistrados e membros do clero se miscigenaram no Brasil, dado que nasciam na metrópole e atuavam e construíam suas vidas no Brasil. Assim, para esses e outros grupos, a separação de “portugueses” e “brasileiros” ocorreu ao longo da década de 20, fruto de uma escolha individual de qual pátria apoiar. O autor comprova esse argumento ao examinar os periódicos e alguns percursos de vida de famílias separadas pelo movimento de 1822.

Em conclusão, *1822: das Américas portuguesas ao Brasil* é uma obra acessível e multifacetada sobre os eventos relacionados com a Independência do Brasil. O objeto de estudo é analisado por meio de diversas perspectivas historiográficas e interdisciplinares. É um livro que pode ter um forte impacto no leitor não especializado e no mundo acadêmico, ao propor algumas releituras inovadoras utilizando tendências historiográficas em voga. Entretanto, a obra, nalguns momentos, peca ao promover análises que pouco acrescentam aos novos estudos historiográficos sobre a Independência. A sobreposição de temáticas torna a leitura, nalguns momentos repetitiva, mas permite um exercício muito positivo de confrontação de perspectivas. Os exemplos mais notáveis de capítulos que produzem análises opostas são os dois primeiros e o debate acerca da planificação da ida da corte ao Brasil, com Stumpf defendendo um evento planeado e Pedreira interpretando-o como desorganizado. É, portanto, um livro que propõe leituras diversas, tornando mais rico, para o leitor, o exercício de reflexão crítica, propondo-lhe uma compreensão das diversas faces dos acontecimentos pré e pós 1822.

Pedro Teixeira

Universidade de Coimbra

pedroateixeira@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-9993-5628>

